

FRANCISCA NAVANTINO

POVO:

PARESÍ – MÉDIO NORTE DE MT

NASCIMENTO:

1960

FORMAÇÃO ESCOLAR:

**DOUTORA EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
DE JANEIRO (PPGAS/MN/UFRJ)**

HISTÓRIA DE VIDA

Meu pai (in memoriam) era indígena Paresi, e minha mãe, mestiça Bororo. Parte de nossos parentes reside na aldeia e outra na cidade. Somos do grupo de Waimaré/Kaxiniti que a comissão rondoniana recrutou para trabalhar junto às linhas telegráficas no território Paresi. Nos estudos realizados por antropólogos, fomos considerados como “índios de Rondon”, uma referência a esse processo de contato e suas relações de trabalho. Muitas famílias foram retiradas para trabalhar em várias frentes de construção das linhas telegráficas, e assim se constituíram como trabalhadores da comissão. Meu pai só veio para a cidade quando estava doente e velho, com a idade de 61 anos, quando conheceu a minha mãe. Tiveram duas filhas: eu e minha irmã. Antes, na vida na aldeia, foi casado duas vezes, e devido a uma assolação de epidemias, suas esposas morreram juntamente com os filhos. Por isso, a vinda para a cidade lhe deu a oportunidade de conhecer a minha mãe. Viveram 14 anos e depois, em 1967, ele veio a falecer.

SER MULHER

De certa forma, as mulheres indígenas nos últimos anos tiveram conquistas significativas na luta pelos direitos indígenas. Uma biografia é formada a partir do legado que você constrói ao longo da vida; os frutos do seu trabalho, positivos ou negativos, vêm daquilo que você plantou, independente se você é mulher ou não. Hoje temos mais engajamento na luta do movimento indígena. Meu engajamento vem desde a década de 1980 e iniciou-se com a luta pela terra, na demarcação, e depois na educação escolar indígena. Me tornei militante a partir de uma proposta de luta coletiva.

O olhar da mulher é diferenciado no mundo acadêmico. Mas de certa forma existe uma interferência nas escolhas que se faz nessa trajetória. No meu caso, sempre optei por tomar decisões que tragam benefícios coletivos para nós indígenas e nas nossas comunidades. A questão feminina no contexto indígena é a luta das mulheres pelo bem-estar do povo, de conquistas pelo território, da melhoria na saúde, na educação. O combate à violência contra a mulher tem sido a bandeira de luta dentro e fora das aldeias. O reconhecimento e respeito pelos seus saberes e conhecimentos na sua condição feminina, fazem parte da riqueza cultural de cada povo.

TRAJETÓRIA

Segui no campo da militância no movimento indígena nacional e estadual e na educação escolar indígena. O líder Haliti-Paresi, Daniel Matenho Cabixi, era um educador intelectual e professor. Foi meu mestre e orientador na luta e na defesa dos nossos direitos. Por isso, participei de processos de conquistas pela demarcação das terras, da melhoria da saúde e educação. E como já estava na carreira da educação, segui o caminho pela luta por uma educação escolar específica e diferenciada, conforme asseguram a Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996). Depois, no desdobramento das políticas, abracei a formação de professores indígenas, que no meu estado se iniciou em 1996 com projetos específicos na formação de magistério e depois no Ensino Superior. Hoje temos duas universidades que atendem a demandas por formação de ensino superior indígena: a UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), com vagas nos cursos de bacharelado, e a UNEMAT (Universidade Estadual

de Mato Grosso). Estive sempre ao lado das lideranças que me antecederam e que foram protagonistas nas conquistas. Entendo que a luta está se intensificando cada vez mais, exatamente pelo avanço nas legislações, que necessitam ser consolidadas. Ainda temos uma longa caminhada pela frente!

ESTUDOS

Desde pequena fui colocada na escola e dei continuidade aos estudos por incentivo da família. E quando entrei no movimento, vi a importância dos estudos como forma de qualificar a luta e principalmente na defesa do direito indígena para a consolidação da Constituição Federal. Por isso, dei continuidade até a pós-graduação no doutorado, pois os desafios são constantes no campo intelectual, e nesse sentido meus estudos servirão como subsídios de políticas de direito na educação escolar indígena. Assim como os demais parentes que se dedicam aos estudos de pesquisa, na militância, abordando temas de interesse dos povos, e que fortalecem a luta e as conquistas, mas, sobretudo, as políticas de direito. Minha carreira foi sugerida pela minha mãe quando concluí o magistério, e, tão logo ingressei como professora efetiva da rede estadual de ensino, abracei a causa da educação. No entanto, na luta do movimento indígena, segui a pauta por uma educação específica e diferenciada. É na carreira do magistério que venho contribuindo por essa consolidação, principalmente porque participei da Constituinte e sei da importância que tem cada etapa da luta. Muitas lideranças nossas já se foram, no entanto deixaram seu legado para as gerações futuras.

Da graduação até a pós-graduação, o meu foco de pesquisa foi sempre buscar respostas aos problemas encontrados na educa-

ção, na questão territorial e na consolidação das legislações. Educação, território, formação de professores, políticas públicas e o sistema de ensino. São abordagens que estão na pauta de demandas da educação escolar. Vejo como necessárias essas pesquisas, pois tivemos avanços na década de 1990, e depois retrocessos por 12 anos na educação escolar indígena em Mato Grosso. Tanto que vários povos estão recorrendo ao Ministério Público para que se cumpram as ações assumidas pelos governos. Hoje estamos na construção de uma política de educação escolar indígena em Mato Grosso. Para isso, o segmento educacional indígena, através do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, está acompanhando o diagnóstico que as escolas e os professores vêm produzindo para subsidiar essa proposta.

Minha pesquisa é intitulada “Política, Cultura, Escola, Currículo: uma etnografia da educação indígena nos contextos da educação escolar indígena”. Trata-se de um estudo sobre a escola indígena, focando em 5 escolas que avançaram nas práticas pedagógicas e nas metodologias diferenciadas, mesmo diante de políticas universalizantes de um estado que ainda não reconheceu a riqueza da diversidade cultural. Depois de mais de 20 anos do primeiro curso de formação diferenciada e específica, é uma forma de dar visibilidade às iniciativas das comunidades indígenas e suas escolas, valorizar as propostas pedagógicas exitosas na educação e os trabalhos dos professores indígenas.

Quero dar continuidade às pesquisas, assessorar as escolas indígenas, o movimento indígena, e dar continuidade à militância, bem como o devido retorno às comunidades indígenas nas conquistas pessoais e coletivas. Me considero um soldado de luta em defesa da consolidação dos direitos conquistados na Constitui-

ção Federal de 1988, principalmente nesse momento de ameaça a esses direitos.

O POVO HALITI-PARESÍ

Os Haliti-Paresí habitam um vasto chapadão arenoso e árido, cortado por rios que correm para o norte em direção ao rio Amazonas, e para o sul em direção ao rio Paraguai. É uma sociedade indígena falante da língua Aruak. Se autodenominam halíti, que significa “gente, povo, em oposição aos animais”. O mito da origem Halíti está ligado à criação do mundo, “... à abertura de uma rocha que propiciou a saída de um grupo de irmãos do mundo subterrâneo onde viviam para habitar o mundo situado acima, que viria a ser o mundo dos Halíti...”¹.

Conforme contam os nossos velhos sábios, a entidade mítica Wazáre é percebida como ordenadora e conhecedora do novo mundo, que denominou as cabeceiras dos rios, os pássaros, as árvores e as flores. O mundo existia antes de Wazáre chegar, porém com ele pôde ser apreendido cognitivamente e habitado pelos halíti. Após o processo de humanização dos heróis míticos que ocorreu com a participação dos seres do mundo animal e vegetal, nasceram seres completamente humanos, que são: os Kozárini, Kaxíniti, Waímare, Káwali e Warére. Wazáre destina a cada irmão um território, sendo a territorialidade o critério definidor dos distintos grupos sociais que habitam a vasta região. Os Halíti-Paresí formam várias aldeias espalhadas por esse vasto território. Atualmente, meu povo luta pela sua autonomia, sustentabilidade e principalmente pelo fortalecimento cultural, político e econômico.

¹ <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pares%C3%AD>

Vejo o meu povo numa luta constante para se consolidar no seu projeto de autonomia, de garantia de seus direitos, mesmo na condição que vive no entorno, ladeado de fazendas, de latifundiários, de empreendimentos governamentais e não governamentais. Nesse sentido, nos últimos tempos houve uma grande aliança entre os povos que habitam as vizinhanças do território Halíti-Paresí, na defesa do seu território, e principalmente nas demandas comuns entre esses povos. As nossas lideranças com os quais convivi como João Arezomaré, Daniel Matenho Cabixi, João Titi e Antonio Zunizare, deixaram seus legados de vida, de esperança e de coletividade. As relações interétnicas estão sempre pautadas nos objetivos comuns, os pactos entre os povos são recorrentes em relação à defesa dos interesses coletivos. Como povo guerreiro, temos um histórico de luta, de resistência e de autonomia política.

POLÍTICA INDIGENISTA E MOVIMENTO INDÍGENA

Diante da situação em que vivem os povos indígenas do Brasil, seus direitos conquistados a duras penas estão sob ameaça. Penso que a política indigenista terá que se atualizar de acordo com a realidade sociocultural e política dos povos indígenas. Há uma defasagem nas políticas de governos, que são ineficazes e não atendem os direitos e nem as demandas. Outra questão é o descaso que temos, mesmo à luz das legislações vigentes, com governos que as ignoram e cometem as mais absurdas atrocidades contra nós, indígenas. Mudanças que desrespeitam a convenção 169/OIT (Organização Internacional do Trabalho) trazem insegurança e mal-estar nas comunidades. Outro problema é que a política indige-

nista está descentralizada nos órgãos públicos, e a maioria dessas instituições não tem formação para lidar com a diversidade étnica. Nesse aspecto, a política indigenista e os governos não investiram na capacitação e formação de gestores para atendimento. O que vimos foram ações pontuais e bastante limitadas, que não tiveram continuidade nos governos seguintes.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio) é um órgão indigenista que representa o estado brasileiro, mas os governantes muitas vezes desenvolvem ações contraditórias ao seu papel de defender os direitos indígenas. A história da instituição nem sempre foi favorável aos povos, e ela é construída pela ação de pessoas comprometidas com a nossa causa, ou não. Tivemos esperança no projeto de reestruturação do órgão, que prometia melhoria no atendimento. No entanto, a FUNAI está passando pela mesma situação de descaso, pois o governo quer extinguir o órgão, contrariando a própria Constituição Federal de 1988. Com a desculpa de economizar os gastos públicos, o governo quer simplesmente diminuir os recursos destinados à proteção aos direitos indígenas, descumprindo seu papel estatal. Por outro lado, o próprio governo desconsidera que a FUNAI é o único órgão do estado brasileiro que a Constituição Federal determinou e assegurou sua missão institucional junto ao poder público.

E quando digo governos, são aqueles desde os tempos da Constituição até os dias atuais, que deveriam zelar e implantar políticas asseguradas pela Constituição Federal (1988). O que vimos é o desmonte da carta magna, políticas universalizantes, e desrespeito às leis brasileiras e internacionais. E a FUNAI ficou refém dessas incompetências políticas, até mesmo de presidentes despreparados que estiveram à frente do órgão, desqualificados que fizeram reestruturações às “avessas” na FUNAI, extinguindo setores da

instituição que cumpram seu papel de apoiar iniciativas das comunidades e da educação. Por vaidade, sem uma avaliação prévia, fizeram alterações desconsiderando as propostas indígenas. Nisso, assistimos o descalabro por conta dos absurdos que começaram a acontecer, o que só piorou e deu prejuízo para o órgão.

A tutela foi extinta na Constituição Federal de 1988, agora é questão de tempo para cada povo assumir gradativamente sua autonomia e autodeterminação de acordo com a própria realidade histórica, social e política. No entanto, sabemos que existem povos que ainda não perceberam que a tutela foi juridicamente extinta. Isso se deve à forma como o assunto foi tratado pelo governo, que se eximiu de sua responsabilidade de cumprir as legislações, deixando os povos desprotegidos e sem assistência.

Quando estive na CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista), realizamos uma atualização do Estatuto do Índio, que denominamos de Estatuto dos Povos Indígenas, atendendo à realidade contemporânea. Fizemos uma campanha junto ao Congresso Nacional com os deputados federais, durante a qual foi entregue a nova versão atualizada. No entanto, passado um tempo, o governo e o Congresso engavetaram o Estatuto, enquanto outros foram aprovados, como o do idoso e dos deficientes. Tomamos conhecimento que a bancada ruralista se articulou para que o projeto fosse arquivado. Por isso, até hoje esse projeto não é colocado em votação, pois o Congresso Nacional atende apenas aos grupos dominantes de capitalistas e ruralistas, contrariando a sua própria existência, que é o povo brasileiro.

Os direitos dos povos indígenas são inalienáveis, conquistados a ferro e fogo, portanto, é uma dívida do estado brasileiro que deve ser cumprida com toda a abrangência institucional. Os primeiros

habitantes deste país não são respeitados na sua magnitude social e política, infelizmente. Os territórios indígenas são os únicos espaços desse país onde a riqueza dos saberes e conhecimentos nas relações com a natureza dão a verdadeira proteção à vida ambiental, matas, córregos, rios e à biodiversidade. O manejo sustentável com a terra na cultura indígena é uma relação milenar que assegura a continuidade da vida, os cuidados com a nossa mãe Terra fazem parte da educação. E isso não é reconhecido pelos governos e nem pela sociedade nacional.

Os movimentos são importantes e necessários, pois graças a eles temos assegurado a participação na defesa dos nossos direitos, e mostrado à sociedade a luta para que esses direitos sejam garantidos e exercidos. Com toda dificuldade, os movimentos indígenas têm se organizado e mobilizado desde os tempos dos ancestrais, a bandeira de luta tem sido sempre na perspectiva de consolidar direitos e bem-estar dos povos indígenas. De modo coletivo e organizado, com pauta definida e com benefício ao povo. As agendas das organizações indígenas têm sido construídas com os aliados e demais parceiros que vestem a camisa da defesa da nossa causa. A atuação da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) como representante e articuladora do movimento indígena brasileiro mostra a capilaridade da resistência, uma força indígena diante dos desafios que enfrentamos na luta contra a violência física e cultural.

Hoje a cidadania indígena está ameaçada pelo Congresso Nacional, que se sente no direito de decidir a vida e a morte dos povos indígenas do Brasil. Isso é preocupante diante de um país que quer ser “modelo” de desenvolvimento econômico, social, político e ético, pois os primeiros habitantes desta terra vêm gradual-

mente vivendo sob violações sucessivas, tanto no campo das leis, quanto no campo da negação da sua identidade étnica. A Constituição Federal de 1988 foi o maior marco histórico de reparação das atrocidades cometidas pelos colonizadores aos povos indígenas do Brasil. E era para os governantes pós-constituente darem continuidade ao processo de implementação das prerrogativas da Constituição Federal 1988, principalmente aprovar o Estatuto dos povos indígenas. No entanto, o que temos visto desde a homologação é o desmonte dos direitos indígenas, o esquecimento, o descaso e a omissão diante da dilapidação que tem sido a pauta do Congresso. Vemos o país e o Congresso que era a “casa do povo” nessa situação caótica. E a omissão diante das violações continua neste governo.

A conquista de um espaço que dialoga com o governo, garantindo a participação efetiva dos povos indígenas, sempre foi a luta e o desejo de todos os indígenas e indigenistas. Em 2006, a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista foi recebida com satisfação pelos povos. A missão dessa comissão foi elaborar as diretrizes e propor o Projeto de Lei para a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, e atualizar o Estatuto dos povos indígenas. Ao governo caberia enviar ao Congresso Nacional para os procedimentos de tramitação, até a aprovação final. Isso não aconteceu, pois foi arquivado e o governo não respondeu a esta demanda de fundamental importância para os povos indígenas. Naquele momento, o cenário para o governo levar adiante a aprovação do Projeto de Lei da CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista) e do Estatuto, era favorável, apesar da bancada ruralista e evangélica ser maioria, mas o governo não priorizou essa matéria. E a perspectiva nos dias atuais é zero, diante do contex-

to político do governo e do Congresso Nacional, mesmo após o CNPI ter sido instalado em 27/04/2016, por meio do Decreto nº 8.593, em 17/12/2015.

PATRIMÔNIOS

Existem pesquisadores e pesquisadores, mas o perfil ideal para atuar é aquele que apresenta compromisso de retorno à comunidade que pesquisa, onde os resultados são socializados, bem como os benefícios dos conhecimentos científicos compartilhados de acordo com os interesses coletivos.

Geralmente as empresas têm por finalidade o lucro. No entanto, sei que as empresas são classificadas de acordo com suas atividades econômicas e sua constituição jurídica. No caso de atuação entre os povos indígenas, as empresas devem prestar serviços atendendo aos interesses coletivos da comunidade.

Como faço parte do movimento de mulheres indígenas do meu estado, tenho visto o trabalho das artesãs e até dos artesãos indígenas, que com criatividade elaboram as suas joias da natureza. Os artesanatos são parte da arte indígena, representam o simbolismo, o sagrado, são o patrimônio cultural de um povo. Nos currículos escolares, as artes vêm sendo trabalhadas pedagogicamente na valorização dos saberes produzidos pela cultura. A escola tem este papel social de dar visibilidade às atividades produtivas no campo da fabricação dos artesanatos.

A educação faz parte do patrimônio cultural dos povos, e nesse sentido, já me sinto inserida nesse campo. Como luta coletiva, faço o possível para lutar pela melhoria e pela consolidação das

conquistas nessa área, e na busca de políticas de direito que contemplem as demandas das comunidades e suas escolas. Cada vitória nesse campo é a minha também, e com isso fortaleço a luta coletiva de todos nós.

Como historiadora, tive acesso a museus, e um dos primeiros que visitei foi o da UFMT, o Museu Rondon (quando estudava Licenciatura em História), onde se preserva o acervo de vários povos da região e da América Latina. Considero os museus como fonte de conhecimento, de investigação científica e acadêmica, onde a memória histórica é narrada através dos objetos expostos ao público, que cumprem suas funções sociais de transmitir a história de geração a geração. É um espaço importante para a formação das pessoas, principalmente aqueles que querem conhecer a história do lugar, dos povos e do mundo. É um espaço de interação das histórias, da memória e do conhecimento transmitidos pelos objetos expostos.

A mulher é importante nesses campos, pois ela tem um olhar mais apurado nos detalhes. Por isso, vejo como relevante sua participação nesse trabalho de conservação, preservação da memória histórica, oral e de coleções de objetos que contam a vida de um lugar, de um povo, ou de uma cidade. O lugar da mulher deve ser em todos os campos, pois só assim a sociedade fará jus à sua participação como complemento dos saberes da humanidade.

A produção cultural como profissão ainda não é difundida entre nosso povo, mas existem grupos que divulgam e atuam como apresentadores das danças e da música. E como são conhecimentos tradicionais, os jovens participam, o que significa que a riqueza patrimonial produzida pelos antepassados é transmitida de geração a geração. Nós, Halití-Paresí, temos orgulho desta

herança, e por isso, os eventos culturais são definidos por aqueles que irão desenvolver atividades de valorização da nossa cultura.

Se as sociedades nacionais valorizam o patrimônio indígena dos primeiros habitantes, vejo como um aspecto positivo de respeito e reconhecimento aos saberes tradicionais. O Brasil por si só possui diversidade sociocultural e linguística, e é preciso reconhecer esse patrimônio, dar a devida visibilidade como justiça histórica. Graças a esse patrimônio o país tem um diferencial na América Latina, principalmente no tocante à extensão territorial. E nem sempre temos esse reconhecimento histórico, da nossa participação na construção desse país.